



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

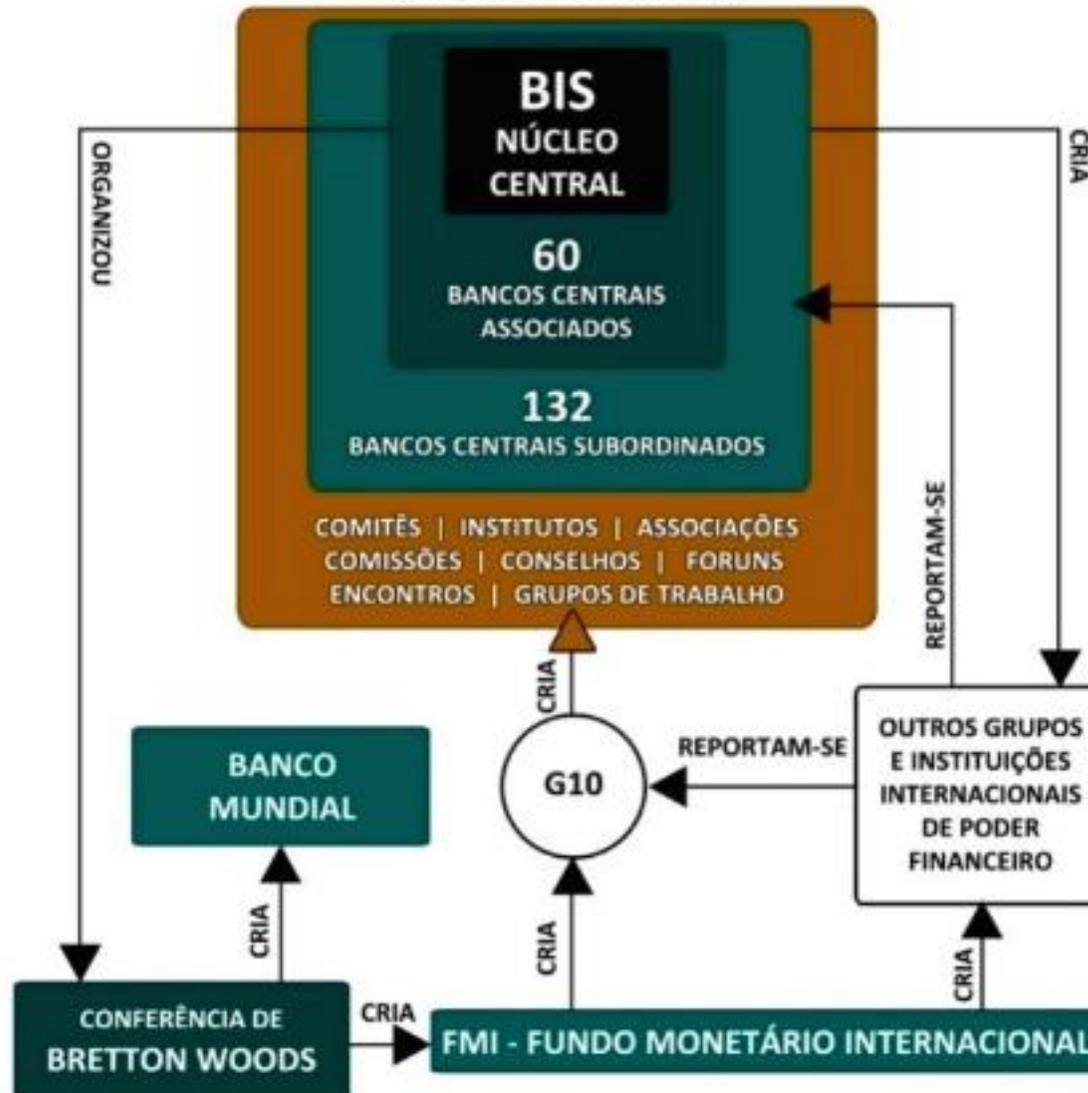
REFORMA DA PREVIDÊNCIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO SENADO FEDERAL
Brasília, 22 de agosto de 2019

GÊNESE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE BIS, FMI, BANCO MUNDIAL E G10

criação: DANIEL SIMÕES



BIS

FMI

G10

**ORDENAM
REFORMA DA
PREVIDÊNCIA
NOS PAÍSES**

<https://bit.ly/30pSvX4>

NA CÂMARA, NÃO PREVALECERAM OS ARGUMENTOS TÉCNICOS

PODER / Valor destinado a projetos de parlamentares foi empenhado desde março, após o envio da reforma da Previdência ao Congresso. Bolsonaro nega toma lá dá cá

Liberação de emendas soma R\$ 4,3 bilhões

» RENATO SOLIZA
» JORGE VASCONCELLOS

Na terça-feira, um dia antes da votação da reforma da Previdência, o governo empenhou R\$ 1,1 bilhão em emendas parlamentares ao Orçamento da União. Apesar do volume elevado, foi apenas um capítulo da liberação de verbas orçamentárias desde que a proposta de reforma foi apresentada na Câmara, em fevereiro. De acordo com dados da ONG Contas Abertas, desde março, o Executivo empenhou R\$ 4,3 bilhões em emendas. Somente nos primeiros cinco dias de julho, foram R\$ 2,55 bilhões.

Esse tipo de recurso é aplicado de acordo com projetos agregados ao Orçamento por deputados e senadores. O presidente Jair Bolsonaro recebeu diversas críticas em relação à liberação de recursos e negou que esteja trocand

Evento SA/APP



Presidente disse que cumpriu legislação, pois verbas são impositivas

Hoje, o parlamento está mais que consciente de sua responsabilidade, do que devem ou não aprovar ou aperfeiçoar, sempre focado no bem-estar de todos.

No entanto, o professor afirma que prática esbarra em valores éticos, em decorrência do uso de verba pública para moldar o processo legislativo. "Do ponto de vista ético, a prática é questionável".

Senado se prepara

» AUGUSTO FERNANDES

Com a decisão dos deputados de não incluir estados e municípios na reforma da Previdência, caberá ao Senado adotar estratégias para abarcar os entes da Federação no documento que altera as regras de aposentadoria. Por isso, senadores já se movimentam para formular a proposta.

A ideia é agilizar a elaboração de uma medida para que, quando o texto da reforma chegar ao Senado, a Casa aprecie a matéria em, no máximo, dois meses e devolva o projeto com as alterações à Câmara para que ele seja finalizado ainda no segundo semestre. "Temos a expectativa de tramitar a reforma na CCJ e no Plenário em 45 dias".

PEC 6/2019: ALGUMAS INCONSTITUCIONALIDADES

I

- destrói os alicerces da Seguridade Social construídos na Constituição de 1988
- desconstitucionaliza as regras da Previdência Social e do RPPS
- fere o princípio da vedação do retrocesso social
- ofende gravemente o princípio da segurança jurídica
- gera graves consequências sociais, econômicas, financeiras e patrimoniais
- fere o princípio da transparência, faltam estudos que embasem tal PEC
- ao contrário de “solucionar” desequilíbrios fiscais, irá agravá-los: a PEC é recessiva
- representa imenso dano à economia do país, em especial aos Municípios
- descumpre frontalmente os artigos 113 e 114 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, introduzidos pela EC 95/2016 – Novo Regime Fiscal, ao deixar de apresentar cálculo do dano à economia dos países e demais tributos incidentes sobre o consumo

PEC 6/2019: ALGUMAS INCONSTITUCIONALIDADES

II

- ignora o fato de que o modelo de Seguridade Social solidária e universal conquistado em 1988 tem se mostrado altamente sustentável (com sobras anuais de dezenas de bilhões de reais) e deveria ser aprimorado para ampliar o seu alcance social e econômico, não só melhorando as medidas protetivas e os benefícios, mas também melhorando suas finanças mediante o combate à sonegação; a cobrança das dívidas bilionárias de ricos devedores da Seguridade Social; o fim de benesses tributárias; desonerações injustificáveis, isenções e anistias; entre outras medidas relacionadas à gestão de recursos

- ignora o fato de que até 2015 a arrecadação das contribuições sociais e previdenciárias previstas no art. 195 da Constituição Federal foi mais que suficiente para cobrir todas as despesas com Previdência, Assistência e Saúde, e que somente a partir de 2016 o governo teve que iniciar a sua participação (também prevista no mesmo art. 195), devido à queda de arrecadação em decorrência da “crise” econômica produzida pela política monetária do Banco Central, que levou inúmeras empresas de todos os ramos à falência, produziu desemprego recorde, provocou a queda de mais de 7% do PIB em apenas 2 anos (2015-2016) e queda do PIB per capita em cerca de 10%, a explosão do estoque da dívida pública interna federal

PEC 6/2019: ALGUMAS INCONSTITUCIONALIDADES

III

- ignora o fato de que possuímos cerca de R\$ 4 trilhões líquidos em caixa! Em dezembro/2018, possuíamos, por exemplo:
 - R\$ 1,27 TRILHÃO no caixa do Tesouro Nacional;
 - R\$ 1,13 TRILHÃO no caixa do Banco Central, e
 - US\$ 375 bilhões (R\$ 1,453 TRILHÃO) em Reservas Internacionais
- foca exclusivamente no corte de despesas com a Seguridade Social, quando o problema está claramente na queda da arrecadação em decorrência do cenário de crise produzida pela política monetária do Banco Central
- é nula, pois fere cláusulas pétreas que limitam o poder de emenda pelo Congresso Nacional.

Exposição de Motivos de Paulo Guedes - PEC 6/2019: DE ONDE SAIRÁ O TRILHÃO?

Impacto Líquido (R\$ bi de 2019)	10 anos
Reforma do RGPS	715
Reforma no RPPS da União	173,5
Mudanças das alíquotas no RPPS da União	29,3
Mudanças das alíquotas no RGPS	-27,6
Assistência Fásica e Focalização do abono salarial	182,2
TOTAL	1.072,4

Mais de
80% sairá
dos mais
pobres do
RGPS!

<https://bit.ly/2GzvWsL> Pág. 66

PARA ONDE IRÁ O TRILHÃO?

"Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização.

(...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão"

(Paulo Guedes, Ministro da Economia) <https://bit.ly/2Ikptmg>

PRECISAMOS DE R\$ 1 TRILHÃO EM 10 ANOS ?

PLP 9/2019

**IMPOSTO SOBRE
GRANDES FORTUNAS - IGF**

PREVÊ ARRECADAR R\$ 38,9 BILHÕES POR ANO

PL 1981/2019

**ACABA COM ISENÇÃO SOBRE LUCROS
E DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS**

PREVÊ ARRECADAR R\$ 85 BILHÕES POR ANO

PRECISAMOS DE R\$ 1 TRILHÃO EM 10 ANOS ?

**TEMOS DINHEIRO SOBRANDO
PARA REMUNERAR DIARIAMENTE
A SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS?
ESSA É A PRIORIDADE DO PAÍS???**

SIM

NÃO

Estamos enfrentando uma **"Reforma da Previdência"** que retira **R\$ 1 TRILHÃO** (nos próximos 10 anos) das mãos das pessoas que recebem aposentadoria, pensão ou benefício da Seguridade Social.

Porém, você sabia que **R\$ 1 TRILHÃO JÁ FOI DESTINADO PARA OS BANCOS** (nos últimos 10 anos), de forma ilegal, para remunerar diariamente o dinheiro que sobra em seu caixa?

Isso mesmo, o dinheiro que os bancos não conseguem emprestar (porque cobram juros elevados demais) está sendo remunerado diariamente!

Em vez de acabar com essa ilegalidade, o governo enviou ao Congresso o PLP

<https://bit.ly/2GOFvSF>

**PRECISAMOS DE
R\$ 1 TRILHÃO EM
10 ANOS ?**

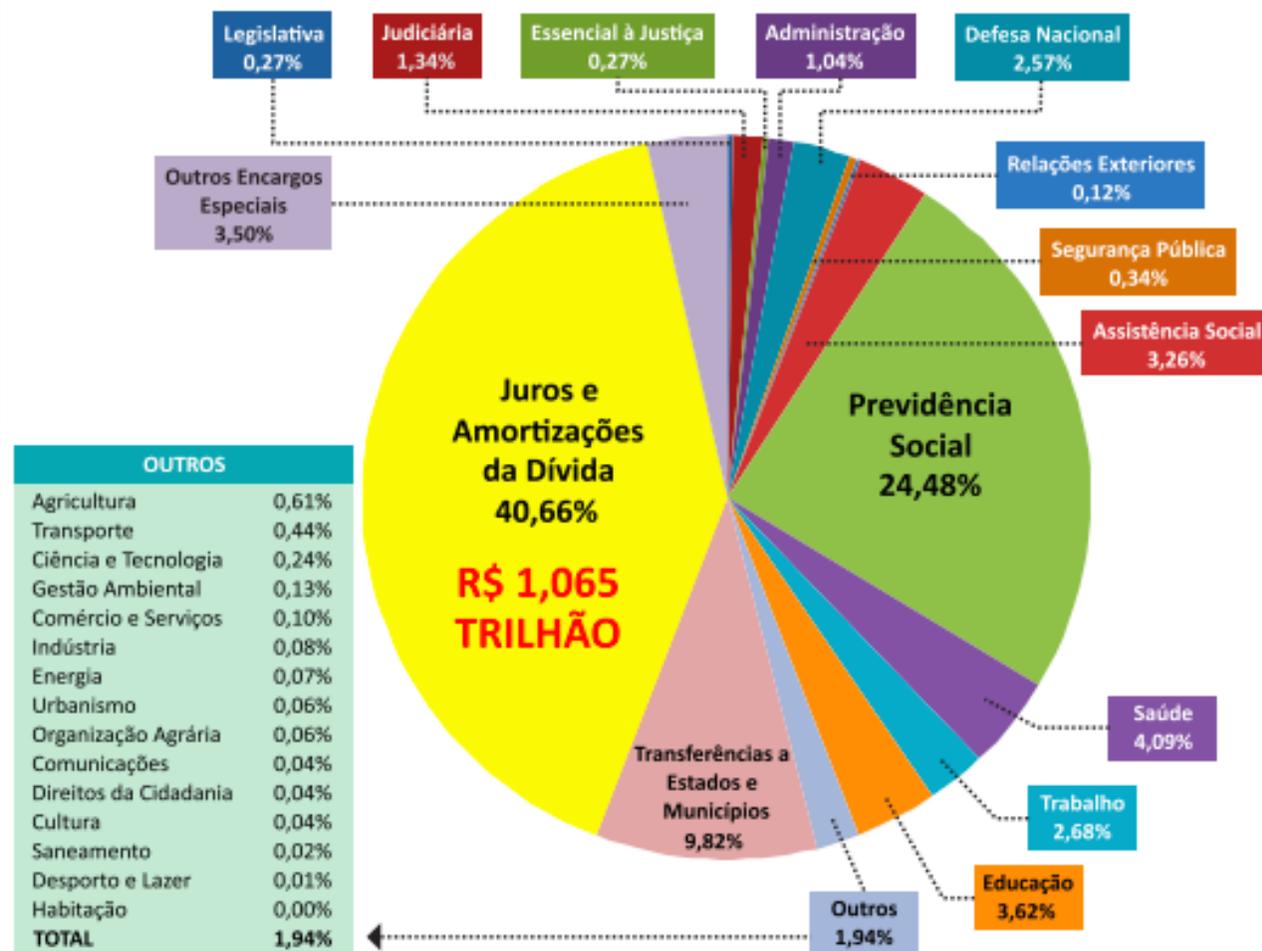
Basta auditar a
dívida, que consome
mais de R\$ 1 Trilhão
por ano!

**PEC 6/2019 IRÁ
REDUZIR O GASTO
COM PREVIDÊNCIA
PARA SOBRAR
MAIS PARA O
SISTEMA DA
DÍVIDA**

<https://bit.ly/2Fp0x9C>

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Precisamos de R\$ 1 Trilhão em 10 anos?

Já possuímos mais de R\$ 4 trilhões em caixa, mas governo diz que só podem ser gastos com a dívida:

Em dezembro/2018, possuíamos, por exemplo <https://bit.ly/2ZepGfY>:

- **R\$ 1,27 TRILHÃO** no caixa do Tesouro Nacional;
- **R\$ 1,13 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- US\$ 375 bilhões (**R\$ 1,453 TRILHÃO**) em Reservas Internacionais!

Brasil é a 9ª maior economia do mundo, possui imensas riquezas e potencialidades e cerca de R\$ 4 TRILHÕES líquidos!

O que explica o cenário de escassez e "crise"?

PEC 6/2019 É RECESSIVA E PROVOCA DANOS

1. DANOS ÀS PESSOAS:

- R\$ 1 TRILHÃO deixará de chegar às mãos das pessoas, pois a “economia” que Guedes quer fazer corta aposentadorias, pensões e benefícios da Seguridade Social, atingindo principalmente os mais pobres.

2. DANOS À ECONOMIA DO PAÍS:

- O corte de R\$ 1 TRILHÃO, que deixará de chegar às mãos das pessoas, deixará de irrigar as economias locais, prejudicando mais de 80% dos Municípios, com reflexos para a arrecadação de tributos incidentes sobre o consumo.

3. DANOS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS:

- Redução da arrecadação de tributos que incidem sobre o consumo
- Caso retornem com a Capitalização, fim da arrecadação das Contribuições ao INSS (de empregados e empregadores) além do custo de transição que pode chegar a R\$ 10 trilhões.

PEC 6/2019 ABRE ESPAÇO PARA O ESQUEMA FRAUDULENTO "Securitização de Créditos Públicos"

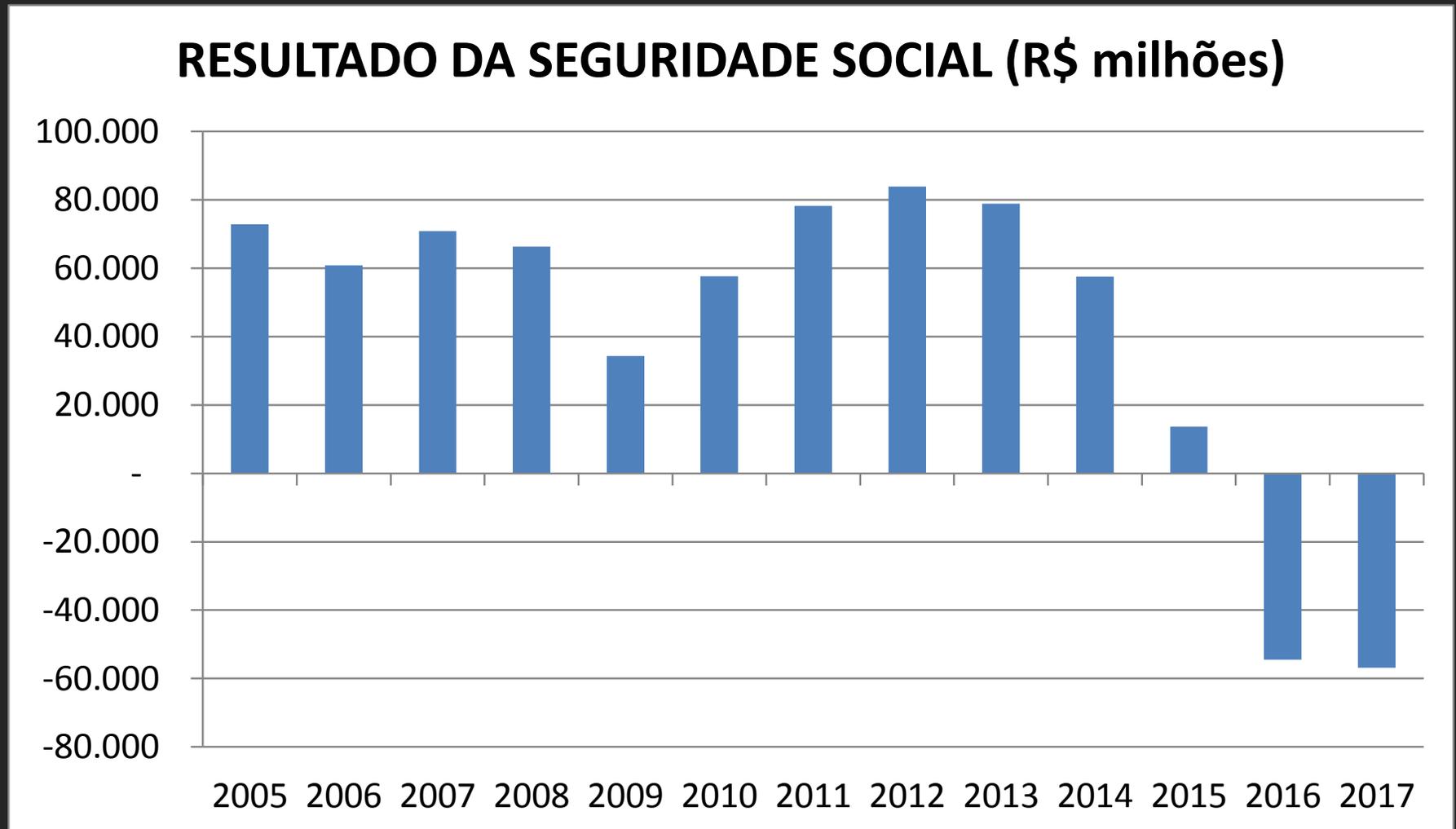
DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



QUEM FALA EM "DÉFICIT" NUNCA LEU O ART. 195 DA CF

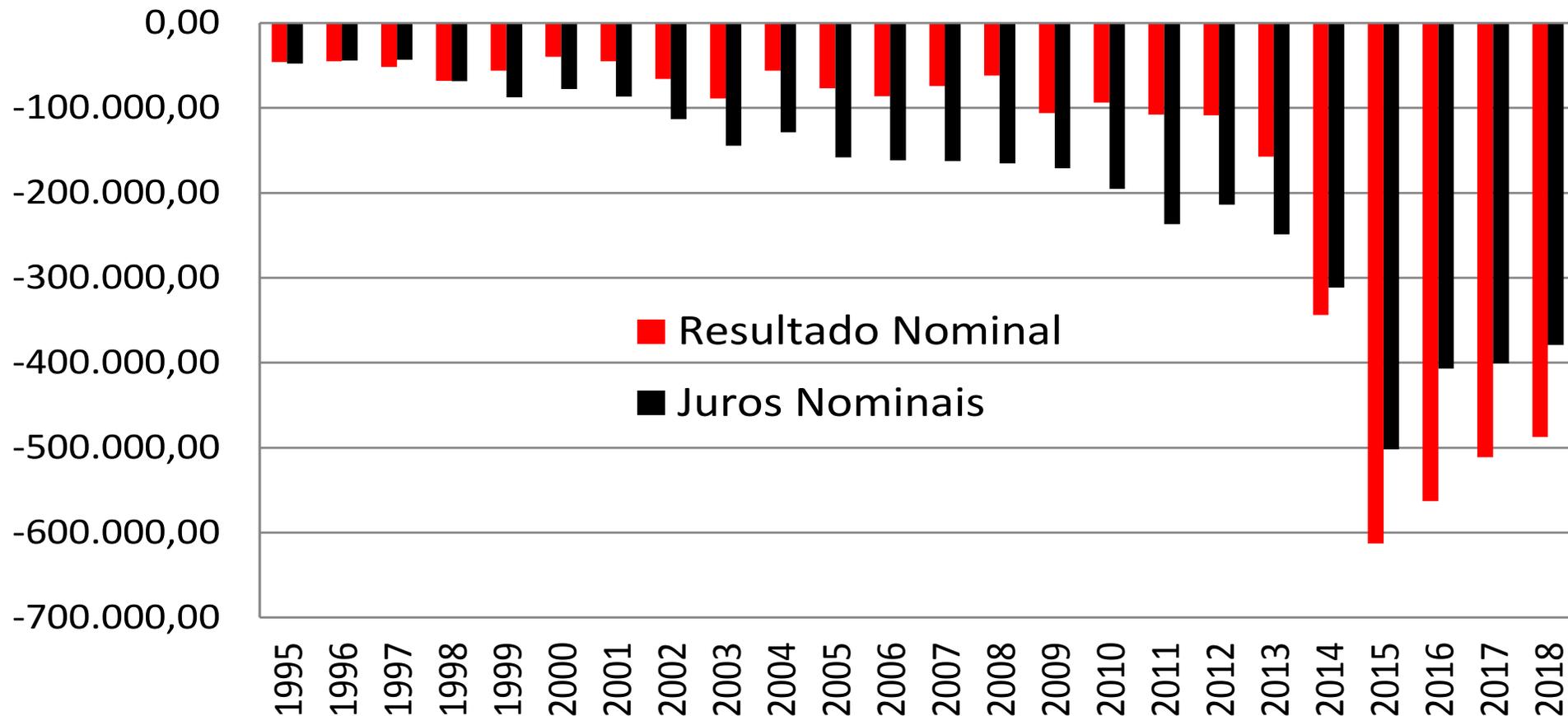
Contribuições Sociais e Previdenciárias superavitárias por décadas

Sobra de R\$ 1,112 TRILHÃO de 2005 a 2015



O DÉFICIT ESTÁ NO BANCO CENTRAL E NÃO NA SEGURIDADE SOCIAL

Resultado Nominal e Juros Nominais (R\$ milhões)



Fontes: Banco Central - Séries Temporais nº 16953 e 16962; Tabela – Necessidades de Financiamento do Setor

Público - https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Nfspp.xls

A "CRISE" DERRUBOU O PIB E REDUZIU AS CONTRIBUIÇÕES

A "crise" tem servido de justificativa para a Reforma da Previdência e outras medidas (EC 95, Reforma Trabalhista, Privatizações, independência do Banco Central, esquema de "Securitização de Créditos Públicos", sucessivos cortes e aprofundamento do Ajuste Fiscal etc.)

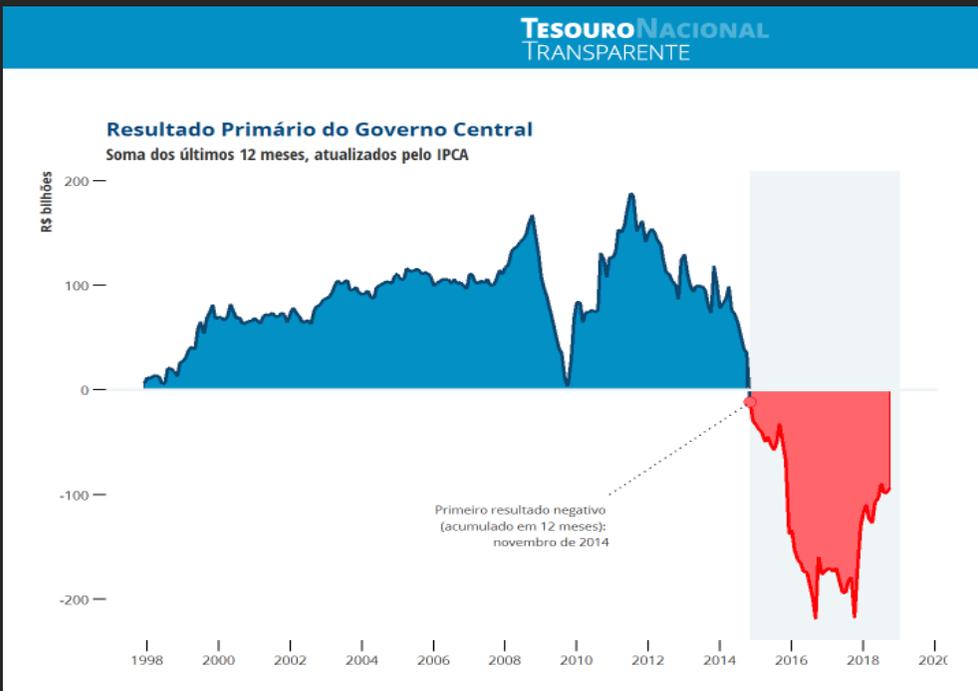
O que provocou a crise no Brasil?

- ✓ Quebra de bancos ?
- ✓ Adoecimento da população, pestes ?
- ✓ Quebra de safra ?
- ✓ Guerra?

Não tivemos aqui NENHUM dos fatores que produzem crise. O que explica a falência de inúmeras empresas de todos os ramos, o desemprego recorde, a queda de 7% do PIB em apenas 2 anos?

Até 2015, produzimos R\$ 1 TRILHÃO de Superávit Primário e sobrou mais de R\$ 1 TRILHÃO na Seguridade Social

De repente isso inverteu:

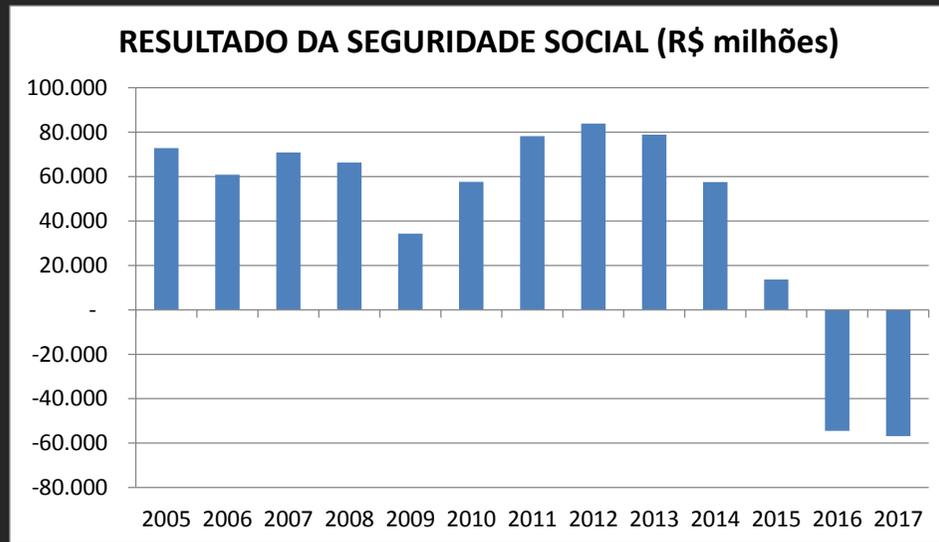


FONTE: Tesouro Nacional

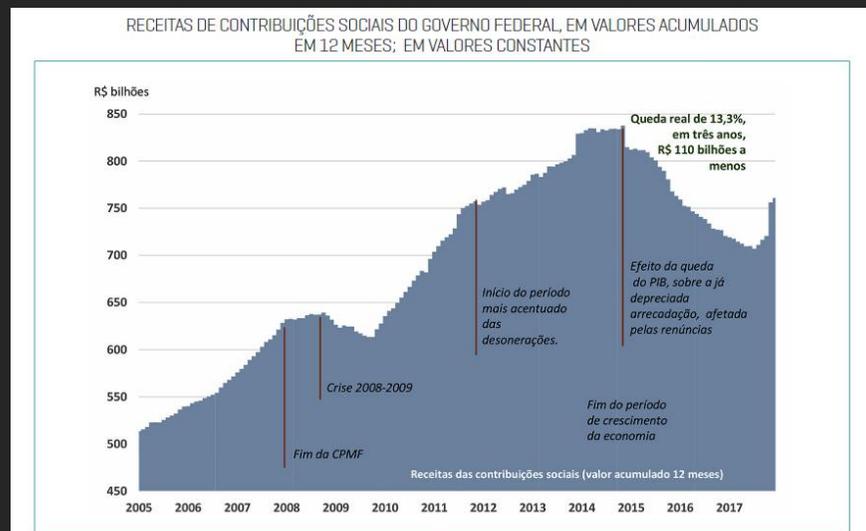
Desde 2005 o PIB vinha crescendo quase 4%, em média. Estacionou em 2014 e caiu mais de 7% em 2015-2016 e segue estagnado!

Folheto disponível em

<https://bit.ly/2XwRPBX>



FONTE: ANFIP - https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livros_28_11_2018_14_51_18.pdf, pág 1



Fonte: STN-MF, em valores constantes de dezembro de 2017 (IPCA).
Org: ANFIP e Fundação ANFIP

A POLÍTICA MONETÁRIA DO BC PROVOCOU A CRISE ATUAL

Em 2015:

- ✓ Juros elevadíssimos (14,25%)
- ✓ Remuneração da sobra de caixa de R\$ 1 TRI dos bancos
- ✓ Prejuízos com *Swap* Cambial e outros prejuízos do BC
- ✓ Emissão excessiva de títulos da dívida interna

Dívida Interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses de 2015

Investimento Federal em 2015: R\$ 9,6 bilhões

O Banco Central está suicidando o Brasil <https://bit.ly/2EQSXWf>

30/09/2015 13h00 - Atualizado em 30/09/2015 15h20

BC tem prejuízo de quase R\$ 120 bilhões no ano com swaps cambiais

Na parcial deste mês, até a última sexta, perda do BC somou R\$ 44 bilhões. No ano, até dia 25 de setembro, prejuízo já soma quase R\$ 120 bilhões.

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília

FACEBOOK TWITTER G+ PINTEREST

Com a disparada do dólar, o Banco Central registrou prejuízo de R\$ 44,9 bilhões na parcial de setembro, até a última sexta-feira (25), com os chamados contratos de swaps cambiais - instrumentos que equivalem a venda de moeda estrangeira no mercado futuro e que atenuam as pressões sobre o dólar no mercado à vista.

saiba mais

Dólares deixam país semana passada e fluxo de setembro volta ao vermelho

De forma geral, o BC lucra com estas operações quando o dólar cai e perde quando a cotação da moeda norte-americana sobe.

No acumulado deste ano, também até a última sexta-feira, as perdas da autoridade monetária superaram a barreira dos R\$ 100 bilhões e somaram R\$ 119,17 bilhões. Os números foram divulgados pela própria instituição nesta quarta-feira (30).

REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS ESCANDALOSO MECANISMO QUE AO MESMO TEMPO:

- **gera Dívida Pública:** R\$ 1,32 Trilhão da Dívida Interna utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos
- **gerou rombo de R\$ 754 Bilhões em 10 anos** (sem atualização) conforme balanços do Banco Central
- **produz escassez de moeda na economia:** volume de moeda equivalente a quase 20% do PIB fica esterilizada no BC
- **provoca elevação brutal dos juros de mercado:** moeda que deveria irrigar a economia fica escassa pois bancos preferem a garantia de remuneração diária paga pelo Banco Central
- **desculpa de controlar inflação foi desmascarada em 2017** IGP negativo em 2017 e o volume das Op. Compromissadas atingiu recorde de R\$ 1,23 TRILHÃO <https://goo.gl/dvHYmr>
- **ILEGAL:** BC enviou PL 9.248/2017 para "legalizar" os Depósitos Voluntários REMUNERADOS pelo Banco Central <https://bit.ly/2F6Q81J>, o que já vem sendo feito com o abuso das Op. Compromissadas <https://goo.gl/gU6X7E> e <https://goo.gl/VWZgVa> PLP 112/2019 também visa "legalizar" essa remuneração imoral

"CRISE" PARA QUEM?



BANÇOS TEM (NOVAMENTE) MAIOR LUCRO DA HISTÓRIA: QUASE R\$ 100 BILHÕES

10 • Economia • Brasília, domingo, 3 de fevereiro de 2019 • CORREIO BRAZILIENSE

CONJUNTURA / Entre 2014 e 2017, 23,3 milhões de brasileiros entraram em situação de vulnerabilidade social. Brasil só retomará menor patamar da história em 2030

Foto: Hamilton Ferrari/Est. CBJDA/Press



Edinando Santana não consegue ganhar o equivalente a um salário mínimo



Ronaldo Alves de Sousa nem sempre tem condições de pagar por um teto

Brasil comanda alta da pobreza na AL

» HAMILTON FERRARI

Fora de forma

Quando tem sorte, Edinando de Santana, 38

Caso o Brasil não cresça em patamares mais altos e reduza a desigualdade social, a menor taxa de pobreza da história, registrada em 2014, só deverá ser alcançada em 2030.

Miséria extrema no país cresce e atinge 13,2 milhões de brasileiros

BALANÇOS

Quatro maiores bancos do país têm maior lucro em 12 anos

08.11.2018 21:04 | por Redação | 0

Consultoria Econômica considerou os resultados registrados no terceiro trimestre deste ano do Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil

Bancos lucram com os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida e produzem a crise

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



2015

Lucro de

**R\$ 96
bilhões**

+

Provisão de

**R\$ 187
bilhões**

NÃO É A PREVIDÊNCIA QUE TEM FEITO A DÍVIDA CRESCER

Exposição de Motivos de Paulo Guedes –PEC 6/2019

<https://bit.ly/2GzvWsL> Pág. 43

“(...) nosso nó fiscal é razão primeira para a limitação de nosso crescimento econômico sustentável.

E esse nó fiscal tem uma raiz: a despesa previdenciária.

Enquanto nos recusarmos a enfrentar o desafio previdenciário, a dívida pública subirá implacavelmente e asfixiará a economia.”

“A reforma da Previdência, além de reduzir o endividamento primário, combate a dívida pública pela redução de seu custo. O vertiginoso crescimento da dívida a coloca em trajetória arriscada.”

“A dívida e seus juros inviabilizam a geração de oportunidades.”

A POLÍTICA MONETÁRIA DO BC TEM EXPLODIDO A DÍVIDA!

De 1995 a 2015 produzimos R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso, a dívida interna aumentou de **R\$86 bilhões** para quase **R\$4 trilhões** no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTP1Jo>

- É evidente que **não** foram os investimentos e gastos sociais, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim **os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da "crise"**

Contas públicas Para economista da FGV, superávit primário deveria ser de 3,4% do PIB para zerar avanço

Trajетória da dívida é insustentável, diz Cysne

Rodrigo Carro
Do Rio

A trajetória atual de expansão da dívida pública é insustentável e a simples aprovação da reforma da Previdência nos moldes atuais — sem a inclusão de Estados e municípios e com a elevação de impostos para cobrir parte do déficit previdenciário — é insuficiente para reverter esta tendência negativa. A afirmação do economista Rubens Petrus Cysne, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EBEF/EPGE), se baseia num estudo que analisa o comportamento do superávit primário em relação à variação da razão entre dívida e PIB (Produto Interno Bruto). Os dados cobrem o período de 2003 a maio de 2019.

“Os dados mostram que o país terá que alterar fortemente sua trajetória fiscal no futuro próximo, em relação ao que tem praticado há mais de uma década”, sustenta Cysne, quanto do levantamento realizado em parceria com o professor Eduardo Lima Campos, da EPGE. Para zerar no longo prazo o crescimento da dívida líquida, seria necessário um superávit primário de 3,4% do PIB, de acordo com um cálculo de Cysne e Campos.

Na verdade, o esforço fiscal teria de ser ainda maior nas condições atuais, destacam os autores, logo porque o país gasta mais do que arrecada, mesmo sem levar em conta o pagamento de juros da dívida pública — o déficit primário equivale a 1,7% do PIB. Consequentemente, zerar a expansão da dívida exigiria um esforço da ordem de 5,1% do Produto Interno Bruto. “É algo que absolutamente não é factível”, afirma Cysne.

Os dados que serviram de base para o estudo indicam que o chamado “coeficiente de reação fiscal” — que mede o quanto o superávit primário (como fração do PIB) varia quando a dívida se eleva — vem se deteriorando desde 2003. A situação se agravou significativamente a partir do início de 2012.

Do ponto de vista macroeconômico, o ideal é que o superávit cresça quando se eleva a razão dívida/PIB, explica Cysne. É igualmente desejável que a reação fiscal, além de positiva, seja suficientemente alta para compensar a diferença entre juros (incidência sobre a dívida pública) e a taxa de crescimento da economia (que pressiona para baixo a relação dívida/PIB).

O levantamento aponta ainda uma mudança no coeficiente de reação fiscal, que passou de positivo para negativo a partir de outubro de 2017. Na prática, o indicador negativo significa que, a partir desse momento, o déficit fiscal cresce à medida em que a dívida pública aumenta. “Se você olhar [os dados] posturalmente, pode não ver isso”, diz Eduardo Lima Campos, ressaltando que a amplitude da base de dados permite uma visão geral e, ao mesmo tempo, uma análise pontual da variação do índice.

A dívida líquida do setor público consolidado — que abrange as esferas federal, estadual e municipal da administração pública — gira em torno de 54,7% do PIB.

“A reforma da Previdência não é suficiente [para reverter a trajetória da dívida], principalmente por causa [da exclusão] dos Estados e municípios”, afirma Cysne. Endossando mesmo do texto-base da reforma da Previdência, o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é visto pelo economista como um fator capaz de afetar negativamente a economia brasileira, o que contribuiria para desequilibrar a relação entre dívida e PIB.

Na perspectiva de crescimento



Luiz Pedro Cysne: “A reforma da Previdência não é suficiente [para reverter a trajetória da dívida].”

reduz do Produto Interno Bruto em torno de 1% ao ano, manter essa relação constante iria requerer um esforço fiscal de 4,6% do PIB, apontam os autores do estudo.

Em vez de ampliar a carga tributária para inflar a economia pretendida com a reforma da Previdência, Cysne defende um aumento da produtividade e redução das despesas governamentais, além de

uma política de expansão da educação. Os resultados do estudo foram publicados em um artigo no site da EBEF/EPGE.

Estratégia Autoridade poderia atenuar baixa liquidez no mercado trocando swaps por reservas

Mercado vê espaço para ajuste na política cambial do BC

Marcílio Okabe e Lucas Magalhães
De São Paulo

O cenário que vem se desenhando para o Brasil, de menor demanda por hedge cambial ao mesmo tempo em que faltam dólares no mercado à vista, abre uma oportunidade para que o Banco Central realize ajustes em sua política de intervenções no câmbio. Uma possibilidade de medida por profissionais do mercado é a substituição do estoque de swaps cambiais por reservas.

Com a estratégia, o BC faria uma espécie de swap de um lado, vendendo reservas cambiais no mercado à vista, permitindo liquidez, e, de outro, repatriaria o estoque de seu instrumento cujo custo de carregamento seria pago através de moedas em um lado específico.

“A gente vê uma ótima oportunidade nessa medida. O impacto do ponto de vista de risco cambial é muito menor”, afirma a representante de uma firma, cuja venda de dólares e [a troca por reservas] pode ajudar no mercado onde hoje temos alguma falta de moeda”, diz Luiz Magalhães, diretor de tesouraria do Santander.

Atualmente, o BC mantém

uma política de expansão da educação. Os resultados do estudo foram publicados em um artigo no site da EBEF/EPGE.

verno do então candidato Jair Bolsonaro. O objetivo seria reduzir o tamanho da dívida pública e da despesa com juros. Questionado sobre o assunto à época, Guedes disse que a medida seria feita apenas em um cenário de crise econômica sobre o câmbio.

A discussão feita pelos profissionais ouvidos pelo Valor, no entanto, restringe-se apenas à sua uso mais eficiente dos instrumentos cambiais. A mudança, no entanto, teria um efeito em sentido positivo. “Ao deixar essa posição, o BC, além disso de corrigir a política das reservas, o que seria benéfico”, afirma Magalhães.

Os especialistas ponderam que, embora as condições de mercado pareçam favoráveis a essa mudança na estratégia do BC, ainda resta de fazer muitos consideráveis (a) sua comunicação seja feita. “A questão é mais a facilidade entender que não é venda de reservas, que são um grande seguro que o Brasil tem”, acrescenta Magalhães. “O que realmente é uma repatriação de instrumentos”.

Dentre eles é se agentes ficarem com a impressão de que o BC irá zerar a posição em swap ou deixar de usar o instrumento, des-

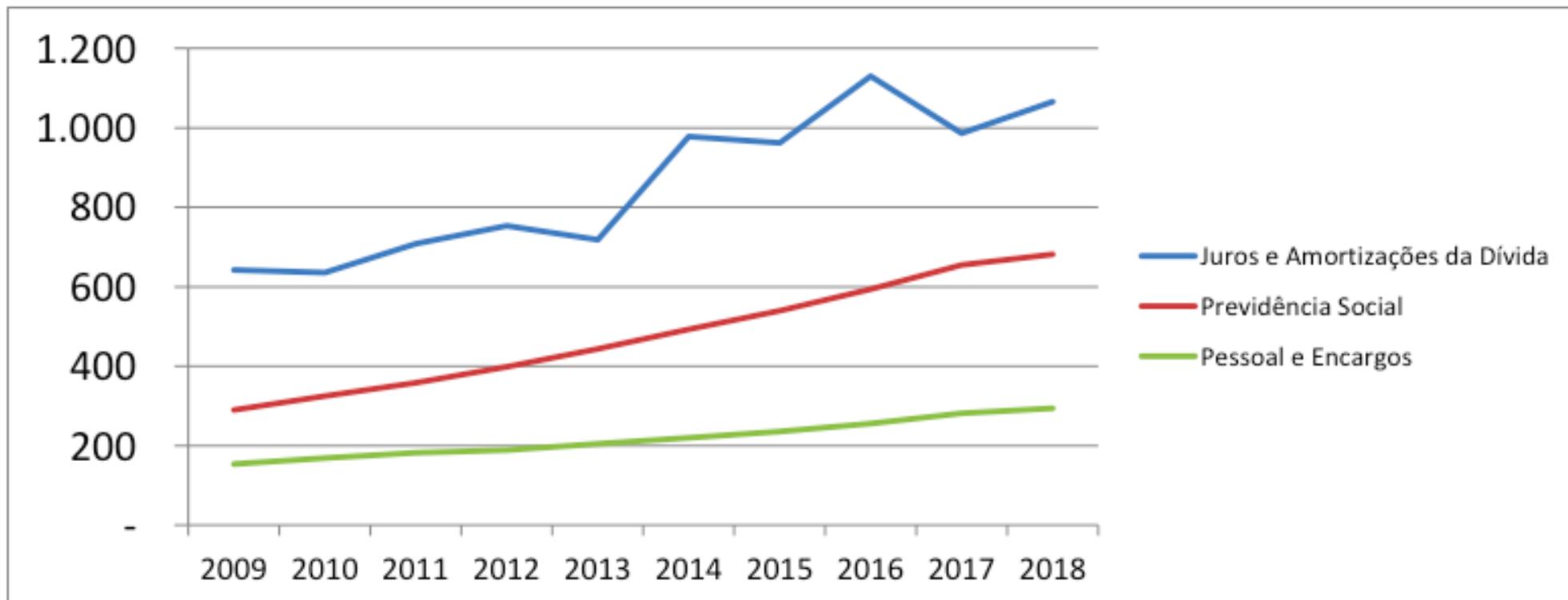


Para Luiz Magalhães, diretor de tesouraria do Santander, estratégia não elimina “colchão de segurança” do BC

Mercado Financeiro já garante o seu pedaço

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NOS GASTOS FINANCEIROS COM A CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

Governo Federal - Gastos selecionados - R\$ bilhões



Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> - Series Históricas - Por Função e por GND

Nota 1 - "Juros" e "Amortizações" foram somados porque o governo tem contabilizado grande parte dos Juros como se fosse Amortização/Refinanciamento. Ver texto <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Nota 2 - "Previdência Social" inclui o Regime Geral da Previdência Social (INSS) e Regime Próprio dos Servidores Federais, tal como divulgado pelo Tesouro Nacional

CONJUNTURA DE CRISE FABRICADA

PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

- ✓ Taxas de Juros mais elevadas do mundo
- ✓ Restrição da base monetária para remunerar a sobra de caixa dos bancos, abusando-se das Operações Compromissadas
- ✓ *Swap* Cambial (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)
- ✓ Prejuízos do Banco Central de centenas de bilhões de reais
- ✓ Colchão de liquidez exagerado (R\$1,3 trilhão na Conta Única do Tesouro): emissão excessiva de títulos e explosão da Dívida

✓ CRISE TEM JUSTIFICADO MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ EC 95 (PEC do Teto), EC 93, Lei Complementar 159/2017
- ✓ Reformas Trabalhista, Tributária e da Previdência
- ✓ Privatizações
- ✓ Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos Públicos"
- ✓ Autonomia do Banco Central, "legalização" da remuneração da sobra de caixa dos bancos – PLP 112/2019

Executivo Em mensagem ao Congresso, presidente cita Previdência, privatizações e mudança nos tributos

Bolsonaro promete fazer sete reformas

Ribeira Oliveira
De Brasília

Em mensagem que encaminhava ontem ao Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com sete reformas econômicas, que considera essenciais para garantir um crescimento econômico elevado e sustentável, a criação de uma "Nova Previdência", a mudança do sistema tributário, um ambicioso programa de privatização de empresas estatais e prestação de serviços de infraestrutura, a liberalização comercial, a redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União, a autonomia, em lei, do Banco Central e a reforma administrativa.

At mesmo tempo, a mensagem

lamenta que o presidente vai manter o teto de gastos e diz que a aplicação do limite para as despesas da União "é crucial para garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e permitir que o país supere o atual desequilíbrio fiscal, decimando do crescimento acherado da despesa primária das últimas décadas".

O teto de gastos, no entanto, "não será suficiente para a realização do ajuste fiscal necessário", de acordo com a mensagem. A manutenção do teto "requer reformas que permitam o controle da despesa obrigatória". A primeira e principal medida de ajuste necessária ao cumprimento do teto, segundo o documento, é a reforma da Previdência. "Sem ela, não será possível conter a expansão da despesa".

A "Nova Previdência", anunciada pelo presidente, pretende corrigir o equilíbrio atuarial, com o amparo a quem mais precisa, separando "previdência" de "assistência". Bolsonaro condiz que pretende mudar as regras dos atuais regimes de aposentadoria e criar um sistema de capitalização, que o presidente chamou de "Vagaça Individual da Aposentadoria".

A mensagem informa que se o atual sistema, que estimula a aposentadoria antecipada e altas taxas de reposição, permanecer inalterado, os gastos previdenciários aumentam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2018 e 2060. "A aprovação da nova Previdência Social possibilita que o país siga trajetória estável de cres-

cimento, com finanças públicas sustentáveis", diz o documento.

O atual sistema tributário apresenta, segundo a mensagem, dois problemas principais "que impedem que uma economia emergente funcione bem". O primeiro, é a elevada carga tributária, que chega a 13% do PIB, enquanto que a média dos países da América Latina é de apenas 20%. O recado da mensagem, portanto, é claro: a reforma pretende reduzir a atual carga. O segundo problema, é que o sistema tributário brasileiro é muito complexo, o que gera custos significativos, em termos de tempo e recursos. A reforma vai simplificar o sistema, mitigando a onerosidade de processos fiscais.

O ambicioso programa de privatização de estatais e prestação de

serviços de infraestrutura parte do pressuposto de que "não há recursos públicos suficientes para financiar todo o investimento necessário". Além disso, "experiências recentes mostram que projetos de infraestrutura sob controle público estão sujeitos a muitas fragilidades que podem levar a ineficiências e ao desperdício de recursos". Por isso, o governo propõe priorizar e acelerar as concessões em todas as áreas da infraestrutura.

O governo vai fazer uma "liberalização comercial" porque entende que "existem várias instituições e instrumentos que impõem custos significativos e limites quantitativos à entrada no país de bens e serviços estrangeiros". A mensagem diz que o governo "está comprometido com medidas

que removerão todas as restrições desnecessárias ao comércio", sem especificar quais são elas.

A mensagem diz também que "a autonomia operacional do Banco Central finada em lei reduz riscos no sistema financeiro, bem como cria condições melhores para o controle da inflação e a manutenção de taxa estrutural de juros mais baixa".

Em relação à reforma administrativa, a mensagem diz que é fundamen-

tal que sejam repensados os modelos de aquisição de bens e contratação de serviços, as estratégias de transformação digital de serviços públicos prestados presencialmente, a própria dinâmica das relações de trabalho no âmbito da administração federal e a forma como os serviços estão organizados.

- ✓ Nova Previdência
- ✓ Mudança no Sistema Tributário
- ✓ Ambicioso programa de Privatizações
- ✓ Liberação Comercial
- ✓ Redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União
- ✓ Autonomia do Banco Central
- ✓ Reforma Administrativa

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES (após votação na Câmara)

1. DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO DE DIREITOS RGPS e RPPS

1. REGIME GERAL (RGPS)

- Aposentadoria por idade e tempo de contribuição: 65 anos para homens e 62 anos para mulheres (mínimo 15 anos de contribuição p/ ambos. (20 anos p/ homens que ainda não contribuem)
- Deixa de existir aposentadoria só por tempo de contribuição
- Alíquotas 7,5% (até 1 salário mínimo) até 14% (de R\$3mil a R\$5.839,45)
- Cálculo do benefício com base na média de 100% das contribuições. Se aposentar com o tempo mínimo de contribuição, 60% da média (+ 2% por ano de contribuição a partir de 20 anos).
- 40 anos de contribuição para receber 100% da média de contribuições
- Pensão por Morte do segurado: 50% do benefício + 10% por dependente inclusive o cônjuge)
- No caso de acumulação de benefícios, deve-se escolher apenas um (o mais vantajoso) e os demais sofrerão pesados cortes
- Aposentadoria por invalidez: 60% do benefício, exceto se a invalidez ocorreu no trabalho

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES (após votação na Câmara)

3. REGIME PRÓPRIO DE SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

- Aposentadoria por idade e tempo de contribuição: 65 anos para homens e 62 anos para mulheres (mínimo de 25 anos de contribuição para ambos)
- Alíquotas Progressivas, a partir de 11% até 22%
- Alíquotas Extraordinárias
- Cálculo do benefício com base na média de 100% das contribuições.
- 40 anos de contribuição para receber 100% da média de contribuições
- Revoga regras de transição EC 20, 41 e 47
- Pensão por Morte do segurado: 50% do benefício + 10% por dependente (inclusive o cônjuge)
- No caso de acumulação de benefícios, deve-se escolher apenas um (o mais vantajoso) e os demais sofrerão pesados cortes
- Aposentadoria por invalidez: 60% do benefício, exceto se a invalidez ocorreu no trabalho
- Funpresp pode passar para entidade aberta privada
- Abono de permanência passa a ser uma possibilidade

INFÂMIA

Enquanto a PEC 6/2019 retira **R\$ 1 Trilhão** da classe trabalhadora e da Economia nos próximos 10 anos,

o PLP 112/2019 “legaliza” a remuneração da sobra de caixa dos bancos, que já consumiu **R\$ 1 Trilhão** na última década, e continuará destinando recursos públicos para bancos. Adicionalmente, o PLP 112/2019 coloca o Banco Central acima de tudo e de todos!

O rombo das contas públicas não está na Previdência, mas sim no Sistema da Dívida <https://bit.ly/2GQFvSR>



**Precisamos
reduzir a
desigualdade
social no Brasil
e não
aprofundar mais!**

- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)

Atual Congresso entrará para a história como aquele que destruiu a Seguridade Social? Destruiu o maior patrimônio social conquistado em 1988?

TEMOS ALTERNATIVAS

- ✓ PARAR DE AUMENTAR A DÍVIDA PÚBLICA DE FORMA INCONSTITUCIONAL PARA PAGAR JUROS (que são contabilizados como se fosse amortização)
 - ✓ REVERTER A POLÍTICA MONETÁRIA QUE FABRICOU A CRISE, DERRUBOU O PIB E REDUZIU A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA
 - ✓ TRIBUTAR DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E GRANDES FORTUNAS: os 26 mil maiores declarantes do IRPF com renda mensal superior a 320 salários mínimos e patrimônio superior a R\$ 50 milhões tiveram a maior parte de sua renda ISENTA DO IRPF (renda anual de R\$ 7,5 milhões/cada TOTALMENTE ISENTA!)
- Fonte: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/estudo-gn-irpf-ac-2016-excel.xlsx> - Tabela 9
- ✓ AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina